--- Decisão Sumária nos termos do art.º 407º, n.º 6 do C.P.P.M. (Lei n.º 9/2013). -----
--- Data: 07/04/2022 -----
--- Relator: Juiz Chan Kuong Seng -----

Processo n.º 208/2022

(Autos de recurso penal)

Recorrente (2.ª arguida): A

DECISÃO SUMÁRIA NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA

1. Por acórdão proferido a fls. 541 a 547v do Processo Comum Colectivo n.º CR1-21-0085-PCC do 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base, ficou condenada a 2.ª arguida A, aí já melhor identificada, pela prática, em autoria material, de um crime consumado de emprego, p. e p. pelo art.º 16.º, n.º 1, da Lei n.º 6/2004, na pena de cinco meses de prisão, substituída por cento e cinquenta dias de multa, à quantia diária de cinquenta patacas, no total, pois, de sete mil e quinhentas patacas de multa.

Inconformada, veio esta arguida recorrer para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), alegando, no essencial, na motivação apresentada a fls. 561

a 572 dos presentes autos correspondentes, o seguinte, para pedir a sua absolvição:

– para ela poder ser condenada no crime de emprego, há que provar que ela sabia que a 1.^a arguida não possuía o estatuto de trabalhador legal em Macau;

– e mesmo que ela tenha sabido de que a 1.^a arguida não podia ser empregada na sua casa, o acto dela de estabelecer relação de trabalho com a 1.^a arguida só violaria o disposto na alínea 1) do n.º 1 do art.º 32.º da Lei de contratação de trabalhadores não-residentes;

– daí que a decisão condenatória penal ora recorrida padece do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, aludido na alínea a) do n.º 2 do art.º 400.º do Código de Processo Penal (CPP);

– e no caso de assim não se entender, a mesma decisão condenatória não deixa de enfermar do vício de erro notório na apreciação da prova, aludido na alínea c) do n.º 2 do mesmo art.º 400.º, com violação do princípio da livre apreciação da prova plasmado no art.º 114.º do mesmo Código.

Ao recurso, respondeu o Digno Delegado do Procurador a fls. 170 a 172 dos presentes autos, no sentido de não provimento do mesmo.

Subidos os autos, emitiu a Digna Procuradora-Adjunta, em sede de vista, parecer de fl. 182 a 183, opinando pela manutenção da decisão recorrida.

Cumprе rejeitar o recurso, dada a sua manifesta improcedência, nos termos permitidos pelos art.ºs 407.º, n.º 6, alínea b), e 410.º, n.º 1, do CPP.

2. Do exame dos autos, sabe-se o seguinte:

A arguida ora recorrente ficou pronunciada pelo Juízo de Instrução Criminal pela prática de um crime de emprego do art.º 16.º, n.º 1, da Lei n.º 6/2004, por factos descritos no correspondente despacho de pronúncia, exarado a fls. 400v a 403.

Na contestação então apresentada em nome da arguida ora recorrente a fl. 472, não se invocou quaisquer factos em defesa dessa arguida.

O acórdão ora impugnado pela arguida recorrente ficou proferido a fls. 541 a 547v, cujo teor (incluindo a sua fundamentação fáctica e probatória) se dá por aqui integralmente reproduzido.

Segundo a fundamentação do acórdão recorrido:

– a 2.ª arguida ora recorrente sabia claramente que a 1.ª arguida era da nacionalidade filipina e não possuía qualificação para ser contratada para trabalhar na sua casa (cfr. o terceiro parágrafo da matéria de facto provada sob o n.º 1, descrita na página 5 do acórdão recorrido, a fl. 543);

– a 2.ª arguida sabia claramente que só os indivíduos possuidores de determinados documentos legais é que poderiam ser contratados para trabalharem na Região Administrativa Especial de Macau, e estabeleceu, na mesma, relação de trabalho com pessoa não possuidora desse tipo de documentos (cfr. a matéria fáctica provada descrita sob o ponto 7, na página 6 do mesmo texto, a fl. 543v);

– a 2.ª arguida sabia claramente que a sua conduta não era permitida por lei, e era susceptível de ser punida por lei (cfr. a matéria descrita sob o ponto 8, na mesma página 6 do acórdão recorrido).

3. De antemão, cumpre notar que mesmo em processo penal, e com exceção da matéria de conhecimento oficioso, ao tribunal de recurso cumpre resolver só as questões material e concretamente alegadas na motivação do recurso e ao mesmo tempo devidamente delimitadas nas conclusões da mesma, e já não responder a toda e qualquer razão aduzida pela parte recorrente para sustentar a procedência das suas questões colocadas (nesse sentido, cfr., de entre muitos outros, os acórdãos do TSI, de 7 de Dezembro de 2000 no Processo n.º 130/2000, de 3 de Maio de 2001 no Processo n.º 18/2001, e de 17 de Maio de 2001 no Processo n.º 63/2001).

A norma incriminatória do emprego ilegal no art.º 16.º, n.º 1, da Lei n.º 6/2004, pela qual vinha condenada a 2.ª arguida ora recorrente, tem a seguinte redacção: <<Quem constituir relação de trabalho com qualquer indivíduo que não seja titular de algum dos documentos exigidos por lei para ser admitido como trabalhador, independentemente da natureza e forma do contrato, ou do tipo de remuneração ou contrapartida, é punido com pena de prisão até 2 anos e, em caso de reincidência, com pena de prisão de 2 a 8 anos>>.

Na sua motivação, a recorrente começou por assacar à decisão condenatória penal dela o vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, referido na alínea a) do n.º 2 do art.º 400.º do CPP.

Entretanto, os argumentos concretamente tecidos por ela para sustentar a existência deste vício já não têm nada a ver com este vício (sobre o sentido e alcance próprios deste vício, cfr., por exemplo, de entre muitos

outros, os acórdãos deste TSI, de 22 de Julho de 2010, do Processo n.º 441/2008, e de 17 de Maio de 2018, do Processo n.º 817/2014) (ademais, mesmo que assim não se entendesse, sempre seria de observar que da leitura da fundamentação fáctica do aresto ora recorrido, resulta nítido que o Tribunal recorrido já investigou, sem omissão alguma, todo o tema probando do crime de emprego pelo qual ficava pronunciada a ora recorrente, pelo que não foi possível ao mesmo Tribunal cometer o vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada), mas sim com a questão de subsunção de factos ao Direito, questão esta que é do foro da matéria de direito.

Daí que é de tratar primeiro da questão, subsidiariamente posta na motivação do recurso, de imputado vício de erro notório na apreciação da prova.

Pois bem, a propósito da temática do julgamento de factos, é sempre útil relembrar os seguintes preciosos ensinamentos veiculados no **MANUAL DE PROCESSO CIVIL** (2.ª Edição, Revista e Actualizada, Coimbra Editora, 1985, páginas 470 a 472), de autoria de **ANTUNES VARELA, J. MIGUEL BEZERRA e SAMPAIO E NORA**:

– <<As provas são apreciadas *livremente*, sem nenhuma escala de hierarquização, de acordo com a convicção que geram realmente no espírito do julgador acerca da existência do facto.

[...]

Há, todavia, algumas exceções ao princípio da *livre apreciação da prova*, que constituem como que justificados resíduos do sistema da *prova legal*.

[...]

Mas convém desde já conhecer os diferentes *graus de convicção* do julgador criados pelos meios de prova e precisar o seu alcance prático.

Quando qualquer meio de prova, não dotado de força probatória *especial* atribuída por lei, crie no espírito do julgador a convicção da existência de um facto, diz-se que foi feita *prova bastante* – ou que há *prova suficiente* – desse facto.

Se, porém, a esse meio de prova um outro sobrevier que crie no espírito do julgador a dúvida sobre a existência do facto, a *prova deste facto desapareceu*, como que se *desfez*. Nesse sentido se afirma que a *prova bastante* cede perante simples *contraprova*, ou seja, em face do elemento probatório que, sem convencer o julgador do facto oposto (da inexistência do facto), cria no seu espírito a *dúvida séria* sobre a existência do facto.

Assim, se a parte onerada com a prova de um facto conseguir, através de testemunhas, de peritos ou de qualquer outro meio de prova, persuadir o julgador da *existência* do facto, ela preencheu o *ónus* que sobre si recaía. Porém, se a parte contrária (ou o próprio tribunal) trazer ao processo qualquer outro elemento probatório de sinal oposto, que deixe o juiz na dúvida sobre a existência do facto, dir-se-á que ele

fez *contraprova*; e mais se não exigirá para *destruir a prova bastante* realizada pelo onerado, para *neutralizá-la* [...]>>.

No caso concreto dos autos, após vistos, em global e de modo crítico, os elementos probatórios referidos na fundamentação probatória da decisão recorrida, não se vislumbra que seja manifestamente desrazoável o resultado do julgamento da matéria de facto feito pelo Tribunal *a quo*, na parte sindicada pela 2.^a arguida recorrente, o qual nem sequer tenha violado quaisquer normas jurídicas sobre o valor legal da prova, ou quaisquer regras da experiência, ou quaisquer *leges artis* a observar no julgamento dos factos, pelo que é de respeitar o julgado desse Tribunal sentenciador.

Aliás, o Tribunal recorrido já explicou bem convincentemente (nas linhas 6 a 20 da página 9 do texto decisório recorrido, a fl. 545 dos autos) as razões por que não acreditou na versão fáctica da 2.^a arguida dita na audiência de julgamento.

Assim, perante toda a matéria fáctica provada em relação à arguida recorrente, fica precludida a tese de absolvição defendida no recurso.

Com efeito, estando já provado em primeira instância, sem qualquer erro notório na apreciação da prova, que a ora recorrente sabia claramente que a 1.^a arguida era da nacionalidade filipina e não possuía qualificação para ser contratada para trabalhar na sua casa, e que ela sabia claramente que só os indivíduos possuidores de determinados documentos legais é que poderiam ser contratados para trabalharem na Região Administrativa Especial de Macau, e estabeleceu, na mesma, relação de trabalho com pessoa não possuidora desse tipo de documentos (matéria de facto provada

toda essa que equivale ao já conhecimento, por ela, de que a 1.^a arguida não possuía o estatuto de trabalhador legal na sua casa), a decisão condenatória penal no ponto concreto ora sob sindicância por ela tem já o suporte fáctico também na parte respeitante ao elemento intelectual do dolo dela na prática do crime de emprego.

Andou bem o Tribunal recorrido em condenar a recorrente no crime de emprego, o que prejudica a tese de aplicabilidade do disposto na alínea 1) do n.º 1 do art.º 32.º da Lei de contratação de trabalhadores não-residentes (Lei n.º 21/2009).

É, pois, de rejeitar mesmo o recurso, dada a sua manifesta improcedência, sem mais indagação por ociosa ou prejudicada, devido ao espírito do n.º 2 do art.º 410.º do CPP.

4. Dest'arte, decide-se em rejeitar o recurso, com custas do recurso pela arguida recorrente, com duas UC de taxa de justiça e quatro UC de sanção pecuniária (pela rejeição do recurso).

Comunique esta decisão (com cópia do acórdão recorrido) à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais e ao Corpo de Polícia de Segurança Pública.

Macau, 7 de Abril de 2022.

Chan Kuong Seng
(Relator)